

LEI ORDINÁRIA Nº 1.719 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

“Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo suplementar dotações do orçamento do exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus vereadores aprovou a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo, Legislativo e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do montante do orçamento vigente, mediante edição de decreto do Chefe do Executivo Municipal, nos termos do artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964, independente da autorização contida na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 – Lei Orçamentária Anual Municipal nº 1.679/2021 de 12/11/2021.

Art. 2º. Poderá o Poder Executivo suplementar dotações originárias de créditos especiais, suplementar/anulação, remanejamentos, transposições, e/ou transferências, conforme Art. 46 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nº 1.665 de 23/06/2021, abertos no exercício de 2022 até o limite global do orçamento no montante autorizado no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. Para a execução desta Lei fica o Poder Executivo autorizado a utilizar recursos disponíveis nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de Agosto de 2022, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (03/11/2022).

HUMBERTO CABRAL DA SILVA
Presidente

SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL JOÃO ROSENDO AMBRÓSIO DE MEDEIROS EM 03/11/2022.

